

O 25 de Abril visto à luz das teses de Bento de Jesus Caraça

M. Simões Teles

Propomo-nos demonstrar empiricamente duas teses: em que medida a revolução de 25 de Abril constitui uma verificação das teses essenciais de BJC, i.e., como, em larga medida, o irromper e o definhar da própria revolução são preditos nas suas argutas análises; e mostrar como a consciência do seu pensamento inovador esteve presente por parte de sectores do MFA e como está reflectida na redacção que os deputados constituintes adoptaram quando estatuíram os nossos direitos culturais.

BJC, militante revolucionário

A demonstração assenta na formulação com que BJC analisou o andamento da História, como passamos a mostrar recorrendo a uma série de citações da sua obra «A CULTURA INTEGRAL DO INDIVÍDUO - PROBLEMA CENTRAL DO NOSSO TEMPO», conferência realizada na União Cultural «Mocidade Livre» em 25 de Maio de 1933, i.e., 4 décadas antes de 25 de Abril de 1974.

O andamento da História

BJC começa por se interrogar assim sobre o andamento da História:

Vejamos se nos aparece assim, ao menos nas suas linhas gerais, alguma lei à qual se subordine todo o desenvolvimento que a história nos apresenta ao longo do extenso caminho percorrido, desde o aparecimento dos primeiros agrupamentos humanos até às sociedades de hoje.

Para dar a sua resposta sobre o devir histórico:

Creio que essa lei [...à qual se subordine todo o desenvolvimento que a história nos apresenta ao longo do extenso caminho percorrido] existe e que pode formular-se, pouco mais ou menos, nos seguintes termos: no seio das sociedades humanas manifestam-se permanentemente dois princípios contrários - o individual e o colectivo - de cuja luta resultará um estado superior dessas mesmas sociedades, em que o primeiro princípio - o individual - chegado a um elevado grau de desenvolvimento, se absorverá no segundo.

Encarada sob este ângulo, a História da Humanidade aparece-nos como uma gigantesca luta, gigantesca no espaço e no tempo, entre o individual e o colectivo.

Luta gigantesca, e trágica, e sangrenta, em que transparece um domínio quase permanente do individual sobre o colectivo e, de longe em longe, um estremecimento do grande corpo mortificado, um movimento de revolta, um triunfo efémero do colectivo, que logo cai sob outro ou o mesmo jugo pela sua incapacidade de se reconhecer e dirigir.

*E esse grande corpo, curvado ao peso dos seus donos, segue o seu caminho sem
parar,
cai aqui, levanta-se além e aspira, aspira sempre a qualquer coisa de melhor. Mas
esse
«qualquer coisa» é vaga e imprecisa e, por isso mesmo que o é, leva a todos os
desvios e todos os erros, pressurosamente amparados e com cuidado mantidos,
precisamente por aqueles -o princípio individual em acção -a quem uma consciência
colectiva forte ameaçaria no seu poderio egoísta.*

*A luta entre o indivíduo e a colectividade não se trava sempre no mesmo plano de
vida
nem com o mesmo grau de amplitude.*

*De época para época, os seus aspectos variam, não porque no fundo a sua essência
mude, mas porque as circunstâncias características dessa época lhe fazem tomar
uma
aparência diversa - as formas da vida são várias e permitem diferentes transposições
de plano do mesmo fenómeno fundamental. Uma vez, a revolta elementar e cega dos
que têm fome, outra, uma tentativa de unificação política de um grande império,
depois, o assalto a esse mesmo império e o seu desmembramento, mais tarde, a
reivindicação dos direitos políticos do cidadão, de várias maneiras, e com fisionomias
locais e temporais determinadas, nos aparece esse grande movimento que
permanece sempre uno na sua significação profunda.*

*A vitória de uma ideia revolucionária significa, na época em que se dá, um
acomodamento momentaneamente estável, mais perfeito que o anterior, entre as
forças em presença; significa que se deu um novo passo no sentido de subtrair o
colectivo à tirania do individual; sentem-no bem as massas que, nessas épocas de
comoção dos fundamentos da sociedade, se lançam, numa explosão de entusiasmo,
ao assalto do corpo decrépito e parasitário que sobre elas vive.*

Originalidades do 25 de Abril

O aparecimento repentino do MFA à luz do dia ilustra e enriquece a análise de BJC: não se enquadrou em nenhuma das orientações ou previsões de teóricos das revoluções e das forças políticas à época; não se tratou nem de as Forças Armadas fazerem um golpe de Estado, nem de um levantamento popular; o MFA e o seu Programa foram uma surpresa completa, nacional e internacionalmente (e até para muitos dos seus intervenientes...).

No 25 de Abril convergiram duas acções independentes, mas praticamente simultâneas: uma dirigida contra a superestrutura do regime vigente, outra desenvolvida na base da sociedade, mobilizando-a.

A Ditadura não foi derrubada por um grupo armado emanado de uma insurreição popular, ao contrário da maior parte das revoluções. Foi derrubada pela convergência da acção profissional de um grupo de jovens militares – i.e., de uma sub-componente do Estado – e da acção popular que arrancou no próprio dia e se generalizou, multiplicando-se em muitas acções. Não houve nenhuma combinação entre as duas componentes: o MFA actuou com total autonomia; os movimentos populares também, desde logo ao nível local, em seguida ao nível nacional, mas para devolverem ao povo a liberdade de escolha da forma como desejam viver.

Naturalmente que a esse processo têm de ser creditado também à longa luta da Oposição contra a Ditadura, de que o 3º Congresso de Aveiro foi um marco muito importante.

A actuação na superestrutura

O MFA conduziu a acção na superestrutura munido de um Programa claro e conciso, tornado constitucional através da lei nº 03/74 de 14 de Julho, que estabeleceu (resumidamente):

- O fim da Guerra
 - A solução do problema da guerra em África é política e não militar
 - É através de uma política de paz que será possível alcançar o progresso e o bem-estar para a nação;
- A instauração da Democracia
 - Só por via de processos democráticos é possível criar as instituições e encontrar as soluções políticas necessárias à resolução dos problemas da sociedade portuguesa;
 - Apelo à participação de todos os portugueses na vida pública nacional, de forma pacífica, para a definição de uma política visando a solução dos graves problemas nacionais;
 - Os militares entregarão o Poder aos representantes do povo logo que estejam constituídos e eleitos democraticamente os órgãos de soberania;
 - Os militares constituirão desde o início um Governo Provisório composto por civis;
- Uma política de Paz e de cooperação entre os povos
 - Ruptura do isolamento internacional

No interregno que se viveu até à promulgação da Constituição da República, em 2 de Abril de 1976, o MFA garantiu o exercício das liberdades recém conquistadas, assegurou o recenseamento eleitoral e organizou as eleições para a Constituinte,

liderou as negociações da Paz, assegurou a retirada em segurança das nossas forças dos teatros de operações da guerra colonial a par do regresso seguro dos retornados – os altos comissários na Guiné, em Angola e em Moçambique foram militares do MFA ou nomeados por ele - e ainda atendeu milhares de pedidos para dirimir conflitos no País inteiro (podemos aperceber-nos da magnitude dessas contribuições em trabalho do coronel Delgado da Fonseca publicado na revista da Associação 25 de Abril mais recente). E aventurou-se em impressionantes Campanhas de Dinamização Cultural e Esclarecimento Cívico.

A actuação nas bases da sociedade

Por seu lado, praticamente em simultâneo com a tomada do poder pelo MFA, a grande maioria dos cidadãos invadiu as ruas, aderiu ao Programa, pôs-se do seu lado e desencadeou por sua conta as imensas transformações que conhecemos: saneou as autarquias e ocupou-as com comissões administrativas, constituiu comissões de moradores nos bairros e comissões de trabalhadores nas empresas, descorporativizou os sindicatos, fundou associações desportivas e culturais, criou cooperativas de produção, constituiu partidos políticos, impediu fugas de capitais através da banca, etc., etc., etc.! E compareceu massivamente nas eleições para a Constituinte, as primeiras eleições universais e livres que houve em Portugal.

As determinantes dos dois movimentos

Cada uma das duas componentes que convergiram em 25 de Abril – Movimento Militar e Movimento Popular - teve a sua própria história, longas e dramáticas:

Da parte dos jovens militares do quadro, uma guerra às costas que já ia em 13 anos em 3 teatros de operações - em 1974 já havia camaradas do Exército a cumprir a quarta comissão nas colónias em tempo de guerra. Mas sobretudo, a constatação que afinal se tratava de uma guerra colonial e sumamente injusta, constatação que foi possível para além da manipulação noticiosa, que era permanente: afinal, tinha-se lá estado, não havia nenhum Portugal uno do Minho a Timor, mas a lutar pelo qual havia baixas todos os dias de um lado e do outro; e, ainda por cima, o poder andava a tramar, às escondidas, independências brancas como as da Rodésia e da África do Sul. Os truques de semântica marcavam pontos - aos outros chamava-se terroristas, quando já se tinha adquirido definitivamente a certeza que aqueles inimigos lutavam pela independência das terras que eram muito mais deles que nossas. Tratava-se, afinal, da inevitável manipulação informativa inerente a qualquer guerra.

Da parte de uma grande maioria da população, o viver com imensas dificuldades materiais e culturais e da parte de quem se opunha à ditadura, uma experiência incrível de mobilizações populares e de realizações colectivas ao longo de muitos anos, sujeitas a drásticas restrições cívicas, como foram os 3 congressos em Aveiro (1957, 1969 e 1973), e a participação em pseudo-actos eleitorais, à custa, frequentemente, de grandes sacrifícios – privações, prisões, deportações, torturas, mortes. A pouco e pouco foram escalpelizando o regime fascista em praticamente todas as suas componentes, pondo em letra de forma todo um edifício de medidas concretas, de curto, médio e longo prazo, privilegiando a sua consistência e a sua qualidade. Com essas exigências foram transmitindo um valor básico que preside às relações sociais e políticas – a confiança. A confiança é um factor crítico do progresso, devia estar presente em todas as esferas da sociedade, incluindo a dos negócios.

Voltando a BJC

Vejam os em seguida como BJC certifica o triunfo e como antevê o esvanecer de uma revolução.

Pressuposto de BJC

Escreveu BJC:

O poder revolucionário dum ideia mede-se, portanto, pelo grau em que ela interpreta as aspirações gerais, dadas as circunstâncias do momento em que actua. Assim, uma ideia ou teoria que, em dada época, é revolucionária, pode, noutra em que as circunstâncias sejam diferentes, ter perdido por completo esse carácter.

O Programa do Movimento das Forças Armadas satisfaz integralmente este pressuposto de BJC, como se tornou irremediavelmente evidente logo uma semana depois, naquele 1º de Maio de 1974 e nos acontecimentos que se seguiram durante os 579 dias de Abril. Os militares do M.F.A. escreveram um programa político em perfeita sintonia com as aspirações do povo: paz, liberdade, melhores condições de vida e trabalho, enfim democracia. Este programa significava que o M.F.A. estava com o povo e o povo respondeu: “O povo está com o M.F.A.”. Esta dinâmica de grande originalidade deu início a um profundo processo de transformação da sociedade portuguesa.

O esvanecer revolucionário

Mas a sua [das massas] falta de preparação cultural, o não reconhecimento de si mesmas como um vasto organismo vivo e uno, torna-as incapazes de levar a sua obra mais além da destruição do passado; impossibilita-se de proceder à construção da ordem nova que a sua revolta preparou.

E então dá-se, no dia seguinte ao do triunfo, a sua abdicação, num grande gesto de renúncia - essa obra de reconstrução, é um novo grupo, uma nova classe, mas não a colectividade inteira, que a vai empreender sob a égide da bandeira que presidiu à vitória.

As novas forças detentoras do poder realizam as reformas indispensáveis, os interesses gerais estão por um momento satisfeitos; numa base mais larga que a passada, concordam o individual e o colectivo – abre-se um período de acalmia, período cuja duração depende da medida em que a nova classe dirigente se conserva fiel aos motivos que originaram o seu advento e também do grau de consciência colectiva das massas.

Passa algum tempo e começa nova diferenciação -os interesses egoístas dos dirigentes sobrepõem-se aos interesses gerais, são novos elementos individuais que começam a exercer opressão sobre a colectividade; aparecem contradições, a massa sente-o e afasta-se intimamente dos que a governam; surge nova ideia ou nova doutrina de antecipação que encarna as aspirações surdas dos que sofrem; tudo

recomeça – a situação torna-se revolucionária; de aí à revolução vai um passo. Evitá-la? Só seria possível por uma acomodação da classe dominante, mas esta é levada insensivelmente, a despeito da evidência e dos avisos até de alguns dos seus membros mais clarividentes ou mais desinteressados, a aferrar-se aos seus privilégios, a defender-se pela força, em vez de se voltar para aqueles princípios que, na sua pureza, a levaram ao triunfo passado.

Dá-se assim um anquilosamento da classe dirigente; a doutrina ou teoria, em cujo nome antes lutara e vencera, perde o seu carácter revolucionário, torna-se, primeiro, conservadora, e mais tarde, quando os antagonismos são flagrantes e se trava a luta, reaccionária.

O 25 de Novembro

É evidente que estas extraordinárias reflexões de BJC são por demais verificadas empiricamente pelo que se passou após 25 de Novembro de 1975. Para aqui caracterizarmos esquematicamente o que se passou depois dessa data, recorreremos a dois episódios que foram lembrados recentemente na imprensa escrita e em redes sociais e que apelidaríamos de simbólicos, se não fossem lamentáveis, mesmo dramáticos. O primeiro por Ana Cristina Leonardo num suplemento do jornal O Público é, citamos:

- a benevolência extrema a que se viram sujeitos os membros da PIDE/DGS. (...) Certo é que aos cerca de 1500 pides e informadores detidos pouco lhes pesou as penas que, maioritariamente, não ultrapassariam os três a seis meses de prisão, com raras exceções e descontadas as fugas para o estrangeiro.

E se maior prova de benevolência fosse necessária, registada ficou a recusa do então primeiro-ministro, Cavaco Silva, em atribuir uma pensão a Salgueiro Maia por "serviços relevantes à Nação" (...), não se coibindo, porém, de a atribuir três anos depois aos ex-inspectores da PIDE/DGS, António Augusto Bernardo, o último responsável pela DGS em Cabo Verde, e a Óscar Cardoso, um dos pides que se barricaram na António Maria Cardoso e dispararam sobre a multidão fazendo quatro mortos.

O segundo é de teor semelhante, trazido por Carlos Matos Gomes na sua página de FB, refere-se ao tratamento dado a Melo Antunes, citamos:

- No seu funeral, no cemitério do Alto de São João [onde CMG esteve] não apareceu nem um membro do governo, nem nenhum político de primeira linha.

BJC, a herança do humanista e do cientista

A tese mais cara a BJC é a da necessidade de despertar a alma colectiva das massas (revindicando, simultaneamente a cultura para a colectividade inteira). A esta luz, no legado de BJC cabe ainda inserir pelo menos duas referências:

- As campanhas de dinamização cultural do MFA, desenvolvidas em linha com a sua tese atrás enunciada
- O Artigo 73º da Constituição da República que trata de *Educação, cultura e ciência*, que ecoa excertos luminosos de BJC

A CODICE

Abordamos a primeira referência através do trabalho de Eduardo Miragaia, Joaquim Vieira e Manuel Vieira, intitulado «Ramiro Correia, Soldado de Abril». Como é sabido, o sector do MFA capitaneado por Ramiro Correia, primeiro-tenente médico naval, instituiu a CODICE - Comissão de Dinamização Central, através da qual foi aplicado o Programa de Dinamização Cultural e Esclarecimento Cívico, com os seguintes objectivos:

a) Coordenar e apoiar, imediatamente, todas as associações culturais do País, de modo a ser possível estabelecer uma rede cultural em todo o território, rede essa que será a base de uma futura vida cultural do povo português;

b) Actuar politicamente, com uma presença efectiva de militares junto da população, a qual permitirá o esclarecimento das razões que 'levaram o País à situação lamentável em que o encontramos, com base no esclarecimento do Programa do MFA, e possibilitará a discussão das vias do futuro, criando condições para uma participação do povo na vida nacional.

Para Ramiro Correia a dinamização cultural era fundamental não só para acabar com os resquícios do fascismo ainda existentes no País, mas também para construir as bases em que iria assentar a construção da nova sociedade. Essa ideia vinha aliás expressa na primeira directiva da CODICE, assinada por Ramiro Correia, pelo coronel Robin de Andrade, da 5.ª Divisão, e pelo general Costa Gomes, em que ficaram estatuídos os objetivos atrás expressos.

Em poucos meses o MFA vai a todos os pontos do País e ainda a países estrangeiros de forte emigração portuguesa (França, Alemanha Ocidental, Holanda, Bélgica), contactando milhares de pessoas em sessões de dinamização, iniciando obras de saneamento básico, construindo estradas, revelando uma cultura nova, auscultando, ouvindo, esclarecendo, ensinando, aprendendo, dinamizando. A experiência da primeira grande campanha distrital, na região da Guarda inspiraria um texto a Ramiro Correia que seria publicado no Boletim do MFA, de 24 de Dezembro de 1974. Nele escreveu uma frase que ficou conhecida:

Não fizemos uma revolução para o povo. Estamos a realizar com o povo uma revolução.

Reflexos na Constituição da República

Por último, coteje-se passagens do pensamento do Patrono com o que ficou e está estatuído na Constituição de Abril, artigo 73º.

De Bento de Jesus Caraça:

(Excertos)

Encarando agora as sociedades organizadas, tal como atualmente se encontram, pergunta-se – quem deve ser o detentor da cultura, a massa geral da humanidade, ou uma parte dela? À pergunta feita deve responder-se condenando a detenção da cultura como monopólio de uma elite (...) Deve, portanto, promover-se a cultura de todos e isso é possível porque ela não é inacessível à massa; o ser humano é indefinidamente aperfeiçoável e a cultura é exatamente a condição indispensável desse aperfeiçoamento progressivo e constante

Eduquemos e cultivemos a consciência humana, acordemo-la quando estiver adormecida, demos a cada um a consciência completa de todos os seus direitos e de todos os seus deveres, da sua dignidade, da sua liberdade [...] o reconhecimento a todos do direito ao completo e amplo desenvolvimento das suas capacidades intelectuais, artísticas e materiais

A concepção que orienta a Escola Única é a da abolição de privilégios perante a cultura – Privilégios de sexo, privilégios de dinheiro, privilégios de crenças. A natureza humana é uma e todo o ser humano é, por consequência, portador dos mesmos direitos; a todos devem, portanto, ser proporcionada a completa aquisição dos conhecimentos que lhes permitam viver dignamente a vida, conforme as suas capacidades – uma só condição, uma só dignidade, uma só escola.

ARTIGO 73.º

(Educação, cultura e ciência)

1. Todos têm direito à educação e à cultura.
2. O Estado promove a democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida coletiva.
3. O Estado promove a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural, em colaboração com os órgãos de comunicação social, as associações e fundações de fins culturais, as coletividades de cultura e recreio, as associações de defesa do património cultural, as organizações de moradores e outros agentes culturais.
4. A criação e a investigação científicas, bem como a inovação tecnológica, são incentivadas e apoiadas pelo Estado, por forma a assegurar a respetiva liberdade e

autonomia, o reforço da competitividade e a articulação entre as instituições científicas e as empresas.

BJC, o novo andamento da História

Terminamos enunciando a análise que BJC faz do que designa por períodos de acalmia:

Mas, mesmo nesses períodos de tranquilidade [onde as sociedades parecem ter encontrado uma posição de equilíbrio fecunda para o progresso espiritual e material], as forças íntimas que trabalham a estrutura social não estão em repouso. Não é difícil discernir as correntes que carregam incessantemente os materiais para a nova fase de luta. A agitação do organismo social não é menos viva, simplesmente ela exerce-se em camadas mais fundas, interessando os alicerces e deixando provisoriamente de parte a epiderme. Por isso, em todas as épocas de transformação nas relações sociais se encontram sempre pessoas a quem os acontecimentos surpreendem e que até ao fim negam aquilo que é a própria evidência.

Acrescentando, em modo de conclusão:

Tudo recomeça, disse acima, mas seria vão pretender-se que recomeça exactamente nas mesmas bases. Não; da etapa anterior, alguma coisa, às vezes muito, ficou definitivamente adquirido.

BJC

Bento de Jesus Caraça morreu em 1948, com 47 anos de idade. Marcou indelevelmente a sua época apesar da sua curta vida. A sua vida e a sua obra são universalizantes em pelo menos dois sentidos: abateu barreiras entre a Matemática, a Cultura e a Militância social e política; e abateu barreiras entre as elites e as massas populares. E continua a marcar o nosso tempo, como espero ter aqui comprovado.

Obrigado pela vossa atenção.

Maio de 2024

Resumo

O 25 de Abril constitui uma verificação das teses de Bento de Jesus Caraça.

O processo de derrube da ditadura do Estado Novo e o da construção da democracia que consubstanciam o 25 de Abril não se enquadraram nas formulações revolucionárias ou não revolucionárias concebidas na época pelos movimentos e organizações da resistência ao fascismo para obter esses fins, frustrando muitas intenções e previsões.

Contudo, é possível construir um sistema coerente explicativo da revolução portuguesa do 25 de Abril recorrendo ao estudo do pensamento dialéctico de Bento de Jesus Caraça e da sua obra, nomeadamente à luz das suas teses expressas em «A Cultura Integral do Indivíduo - Problema central do nosso tempo», 1933.